



## **Os paradigmas ambientais na comunicação social: da arte primitiva à comunicação midiática<sup>1</sup>**

Katarini Giroldo Miguel<sup>2</sup>

Aluna regular do programa de Mestrado em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Bauru

### **Resumo**

Ao longo dos séculos a relação homem e natureza, a questão da preservação e da sustentabilidade ambiental foram interpretadas das mais diversas formas nas sociedades. Para entender a trajetória deste pensamento e de que forma a visão ambiental esteve presente nas expressões comunicativas, o presente artigo revisita os principais paradigmas científicos e identifica as manifestações artísticas, literárias, teatrais e midiáticas para avaliar a relação comunicação e meio ambiente. O tema ambiental é hoje freqüente na agenda política e pública, sendo pauta constante dos veículos de comunicação, reproduzindo visões ora românticas, ora racionalistas ou ainda antropocêntricas. Isto porque, a abordagem midiática carrega reminiscências de paradigmas que permearam os séculos, e que serão discutidas neste trabalho.

### **Palavras-chave**

Paradigmas; Meio ambiente; Comunicação

### **1. Introdução**

O presente trabalho propõe a reflexão sobre os paradigmas ambientais, ou seja, a representação de natureza e meio ambiente que permeou as diversas formas de sociedade ao longo dos séculos, através da comunicação social. E na medida do possível, averiguar as reminiscências destes paradigmas na mídia contemporânea. Trata-se de um estudo preliminar que vai orientar uma pesquisa de mestrado que pretende identificar os paradigmas predominantes na imprensa contemporânea na cobertura das temáticas ambientais.

O conceito de paradigma que se introduz, segue o modelo de Kuhn (2000). No seu uso estabelecido, um paradigma é visto como um modelo ou padrão aceito em

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa Comunicação Científica - XXXI Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> A autora é bacharel em comunicação social, com habilitação em jornalismo. Coursou extensão em jornalismo científico no Labjor/ Unicamp. Atualmente, é coordenadora do programa de comunicação do Instituto Ambiental Vidágua e aluna do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, nível mestrado, pela Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, campus de Bauru, desenvolvendo dissertação sobre os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais. (k-miguel@uol.com.br)



determinado período por uma sociedade. Também é avaliado como correlação de forças que expressa determinada estrutura cognitiva. Mas cientificamente o significado por ir além.

Kuhn (2000; p.30) define paradigma como as realizações da ciência dita “normal”.

Com a escolha do termo pretende sugerir que alguns exemplos aceitos na prática científica real – exemplos que incluem, ao mesmo tempo, lei, teoria, aplicação e instrumentação – proporcionam modelos dos quais brotam as tradições coerentes e específicas da pesquisa científica.

Vale ressaltar que o paradigma de Kuhn pressupõe certa aplicabilidade, própria das ciências exatas, que não é possível visualizar quando se tratam de investigações sociais, daí a diferenciação no emprego do termo “paradigma” em pesquisas de comunicação social. Trata-se aqui do pensamento de uma época, da filosofia e visão de mundo dominantes.

Para identificar as práticas científicas é necessário um resgate histórico que apresente a evolução ou mesmo involução da ciência. “Se não se tem o poder de considerar os eventos retrospectivamente, torna-se difícil encontrar outro critério que revele tão claramente que um campo de estudos tornou-se uma ciência”. (Kuhn, 2000, p.42). É justamente o resgate histórico destes paradigmas, ou melhor, concepções e visões de mundo aceitas por uma determinada época e sociedade, relacionadas a idéia de meio ambiente e natureza, que se pretende resgatar e verificar suas inserções no processo comunicativo, e conseqüentemente, avaliar os resquícios destes paradigmas na cobertura midiática sobre o tema ambiental.

## **2. A trajetória do pensamento ambiental**

### **2.1 Da visão primitiva ao renascimento**

A relação homem e natureza foi interpretada de diversas formas na trajetória da humanidade. Com uma visão, inicialmente, romântica, partindo para o racionalismo e cientificismo do século XIX, até uma percepção cientificista e antropocêntrica, a conceitualização ambiental sempre se mostrou multifacetada e carregada de elementos culturais e temporais. As manifestações artísticas e literárias que serão evidenciadas neste capítulo, são retratos da produção de determinados segmentos da sociedade que



evidenciaram as percepções e valores da época referentes a idéia de natureza, e acabaram por estabelecer os paradigmas predominantes.

Para Gonçalves (1993, p.23) o conceito de natureza é relativo e instituído por relações sociais. “Toda sociedade, toda cultura, cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza. Nesse sentido, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens”.

O autor (1993) afirma que nos povos antigos, berços da Mesopotâmia, no Egito e na China, o homem começou a dominar a natureza para a vida tornar-se menos inconstante e com isso, criou-se a idéia de um homem superior. Ele observa que a expressão dominar a natureza só tem sentido a partir da premissa de que o homem não é a natureza. Trata-se de um paradigma antropocêntrico que dominou o pensamento ao longo dos séculos e resiste até hoje. Se aceita a idéia de um homem sujeito superior, que domina o objeto natureza.

Lenoble (1969) traçou um panorama da construção do conceito de natureza no homem, desde os tempos antigos, evidenciando as manifestações artísticas, intelectuais e até comunicativas de cada momento histórico. Para ele, a natureza é inicialmente uma abstração, não passa de uma idéia que toma sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens.

Na pré-história os milagres eram constantes: estavam na domesticação dos animais, na invenção de metais e produtos, nos deuses e nas águas. Os primeiros desenhos pré-históricos, manifestações artísticas e também formas de comunicação mostravam o domínio do homem pela natureza. As representações de animais nas paredes das cavernas evidenciavam a captura de animais. Não eram representações meramente estéticas, mas realizações de força e coragem perante o desconhecido. Segundo Duarte (1995, p.16) as pinturas rupestres eram como instrumentos de caça “em que por magia, o animal cravado de lanças, desenhado na caverna, se transpunha em outro, de carne e osso, a ser posteriormente encontrado pelo caçador-pintor”.

O pensamento grego constituiu o tipo dominante da história humana por 20 séculos, e é possível notar na literatura da época esta condicionante à magia e a necessidade de dominar o natural. Lenoble (1969) lembra que a natureza de Homero nas obras “Ilíada” e “Odisséia” apresenta, uma curiosa mistura de forças incontroladas e de organização voltada à magia e a existência de deuses controladores da natureza. Os escritos da época empreendiam uma batalha contra a natureza desconhecida que



representa perigo ao homem. Em *Ilíada*, por exemplo, a peste começa através dos animais, existe, neste contexto, uma relação de natureza rude e vingativa.

A partir dos filósofos gregos é que foi revelado nitidamente o desprezo pelas coisas naturais, consolidando a idéia de uma natureza desumanizada. Segundo Lenoble (1969) Sócrates consegue conceitualizar o primeiro homem em um sistema fechado. Ele esboçou uma idéia de natureza mais ordenada, bélica e corajosa, dominada pela Idéia do Bem, do rei Sol.

O surgimento do teatro na Grécia apresenta uma nova expressão comunicativa, que evidencia a evocação de personagens movidos por deuses, mas que já revelam certa consciência para discernir as “forças secretas da natureza”.

No início da idade média a forte religiosidade influenciou a visão de natureza e se refletiu também nas artes e comunicação. A pintura medieval passa a ser predominantemente bidimensional, com caráter estilizado que refletia o contexto cultural com ênfase no aspecto simbólico, sem preocupação com o realismo. Vale lembrar aqui a forte influencia que os registros bíblicos exerceram ao colocar o homem acima de todas as coisas, como ser dominante.

Mais tarde, o avanço no conhecimento humano, a criação do microscópio, telescópio e da prensa móvel, permitiu o desenvolvimento da imprensa enquanto indústria, contribuindo de sobremaneira para o conhecimento humano. Além disso, foi nesta época que foram implantadas e multiplicadas as universidades, ainda que restritas a elite dominantes, mas que garantiram o entendimento da biologia e da matemática.

Existe também, na mesma época, uma certa dependência da natureza, que pode ser evidenciada por terminologias como Mãe natureza, natureza *mater*, mas Lenoble (1969, p.29) afirma que a Mãe natureza passou vista de forma dicotomizada, como mãe e madrasta, afirma o autor. “Estes dois aspectos da Mãe Natureza, admirável ou terrível, entrecruzam-se curiosamente no materialismo dialético”.

Estas características podem ser notadas na representação dos contos de fadas e fábulas passadas (irmãos Grimm, La Fontaine) que persistem até hoje, e evidenciam a natureza romântica e malvada. A floresta nos contos de fadas é algo desconhecido, que se move, assustador, mas ao mesmo tempo tem seu encanto e romance, com plantas mágicas, animais que falam e a beleza natural, que contrastam com a escuridão e temor. As ações da natureza eram vistas como resultado de magias, bruxarias ou monstros tenebrosos. Chapeuzinho Vermelho se perde na floresta e é comida por um lobo, Branca de Neve é abandonada na floresta e cuidada por um grupo de anões e João tem que



escalar uma árvore (no caso um pé de feijão) para encontrar o castelo de um gigante. A fantasia reina na menina que fica viva na barriga da avó até ser salva, ou mesmo na princesa que dorme por 100 anos até que alguém desfaça o feitiço, ou seja, fatos que não se compreendem através da razão.

Mas no Renascimento, os homens se puseram a observar a natureza, praticando a partir daí o método experimental. Além da racionalidade e rigor científico, o período foi marcado pelo ideal humanista e por manifestações artísticas realistas que expressavam o mundo como uma realidade a ser compreendida cientificamente, com estudos minuciosos do corpo e do caráter humano.

Mas foi com a influência judaico-cristã que a oposição homem natureza adquiriu maior dimensão, em conjunto com a filosofia cartesiana do século XVII, que constitui o centro do pensamento moderno e contemporâneo. É justamente com Descartes que a natureza é vista como recurso, um meio para atingir um fim. Descartes desenvolveu o método analítico de raciocínio no qual contesta a fé e coloca a realidade reduzida a soma das partes, a fragmentação e especialização.

Em sua obra mais famosa “Discurso do Método”, o filósofo especifica a importância da observação para criação de regras que pudessem ser reproduzidas em problemas semelhantes. Ele frisa também a necessidade da busca pela verdade e pela certeza, principalmente no estudo da natureza, colocando o pensamento como crucial para a existência humana, a partir da máxima “Penso, logo existo”.

A natureza que antes representava força divina e os fenômenos mais poderosos como trovão e chuvas, agora é vista de forma mecanicista, utilitarista, que serve de laboratório para estudos.

Gonçalves (1993) avalia que o iluminismo rompeu com o modelo medieval e religioso, para pregar que a razão humana é plenamente capaz de entender e dominar a natureza. A revolução industrial consolidou estas idéias.

O século XVIII deu margem para extensão da filosofia cartesiana, permitiu descobertas perigosas, e a natureza tornou-se objeto unicamente da ciência, concepções que vão persistir no século XIX.

Nesta época, o jornalismo ainda não tem força representativa enquanto indústria. Segundo Faro (2000, p.29) o jornalismo do século XVIII acompanhava timidamente o desenvolvimento de uma sociedade técnica e complexa, iniciando um processo de abandonar práticas até então artesanais e um mero exercício de opinião para se estabelecer posteriormente “como instrumento vital de incorporação do cidadão no



processo social, uma vez que a informação tornou-se – especialmente nos grandes centros urbanos – uma mercadoria que se associa ao padrão cultural do consumidor”.

A comunicação midiática se estabeleceu enquanto instituição empresarial no século XIX e passou a reproduzir a visão de mundo urbana e capitalista, corroborando com os paradigmas da época. No próximo capítulo, já será possível averiguar as representações de natureza/meio ambiente feitas pela imprensa estabelecida como meio de comunicação.

## **2.2 Da ciência moderna à Ecologia de Marx**

O período pós-revolução industrial deu início à ciência moderna. Em decorrência do grande progresso das ciências naturais do século XIX, emergiu o positivismo, que instituiu física social e a crença de que a ordem é necessária para o progresso. Auguste Comte pregava que a ciência deveria aceitar a sociedade industrial, sem contestações. A idéia era sempre reverter em proveito do homem o conhecimento das leis naturais, para encontrar uma utilidade prática.

No curso de filosofia positivista, reunido na obra “Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo” (1983) é possível identificar a natureza submetida ao homem. O paradigma positivista se finda em observação - não investiga o porquê, mas como o fenômeno se dá. Para o paradigma, a ciência deve aceitar a sociedade industrial, mas deve conceber o estudo da natureza, destinando-se a fornecer a verdadeira base racional da ação do homem sobre ela. “Nossos meios naturais e diretos para agir sobre os corpos que nos rodeiam são extremamente fracos e inteiramente desproporcionados a nossa necessidade”. (Comte, 1983, p.22)

Mais adiante outro paradigma foi difundido - a evolução natural de Charles Darwin, que foi ao encontro da cientificidade. Darwin deu impulso ao surgimento da ecologia moderna, concluindo que a relação humana com a natureza era uma longa trajetória de seleção natural.

Gould (1999) coloca que foram três pressupostos básicos que nortearam o paradigma darwiniano – os organismos variam e as variações são herdadas por seus descendentes; os organismos produzem mais descendentes do que aqueles que podem sobreviver e a descendência que varia com mais intensidade em direções favorecidas pelo meio ambiente e as variações favoráveis serão retransmitidas.

A teoria da evolução natural despertou a abordagem do evolucionismo social, encabeçado por Hebert Spencer, que trouxe a seleção natural para o âmbito da



sociedade estratificada. No caso de Spencer, a teoria da evolução sugeria a questão da superioridade e inferioridade entre homens, e justificava a superioridade da elite.

Em 1863, Thomas Huxley avaliou a interdependência dos seres humanos com os demais seres vivos, instaurando um novo campo de estudo mais centrado na concepção de meio ambiente. A preocupação com o ambiente, entretanto restringia-se a um pequeno número de estudiosos e apreciadores, vistos como espiritualistas e naturalistas. Ernst Haeckel definiu o termo ecologia e com isso, teve início a divisão dos estudos ecológicos em zoologia, botânica, geografia. Mais um feito positivista.

O pensamento positivista e as idéias da evolução natural e social foram reproduzidos pelos veículos de comunicação da época. Schwarcz (1987) fez um estudo dos jornais no século XIX e notou a influência do discurso científico determinista. Euclides da Cunha, segundo a autora, foi um dos grandes divulgadores das teorias científicas em voga na época, enquanto jornalista, citando frequentemente Darwin, Spencer, Huxley e Comte. É a passagem do século que assinalou a transição da pequena para a grande imprensa, e com isso, a autora lembra que os jornais e os próprios jornalistas vão ganhando cada vez mais destaque. “Muitos desses jornais afirmavam-se inclusive enquanto defensores exclusivos de uma idéia e de um partido, marcando assim sua especificidade e condição de sobrevivência”. (Schwarcz, 1987, p.64).

Para enaltecer o positivismo, as publicações da época se referiam às ciências naturais e teorias que representavam o avanço da ciência, com a apropriação da natureza, lembra a autora (p.102). “Através de uma terminologia acessível e que permitia fácil popularização, reduziam-se as mudanças na sociedade humana a regras de evolução biológica, adaptadas perfeitamente às conjunturas política e ideológica daquele momento.” Darwin, ao lado de Comte, dividia a atenção dos leitores ávidos por novas idéias, e as influências teóricas estavam nas matérias, reportagens, cadernos de polícia, prosas e até nos poemas publicados nos jornais da época.

No caso do evolucionismo social, era possível notar esta forte tendência nas publicações, ao descrever a superioridade das raças, embasadas em conceitos científicos duvidosos. Os jornais, em especial a antiga *Província (O Estado de S.Paulo)*, evidenciavam um branco superior que podia e tinha o direito de explorar o negro, “comprovadamente inferior”.

Na análise da autora, é possível identificar os traços da visão ambiental colocada pelos jornais. O negro, por exemplo, era visto como bruxo, feiticeiro, que se apropriava da natureza para cometer imprudências, como comprova o trecho selecionado pela





autora (Província de SP, 4 de março de 1879, p.126) “Admira que nessa ephoca quem ainda acredite em feitiçarias que quando muito podem ser sob certas formulas e aparatos de aprendizagem de saber conhecer drogas nocivas ou plantas venenosas com o fim de fazer mal à vida dos senhores ou desaffectedos”

Mas aos poucos, Schwarcz lembra que os jornais ganharam o refinamento da imprensa atual, perdendo seu aspecto mais rudimentar para se expandir significativamente. No século XIX, começa a configurar um novo tipo de jornalismo, mais adaptados às novas configurações locais, mais próximo da denominada grande imprensa contemporânea.

É também no século XIX que um novo paradigma começou a emergir, resultado dos processos de produção mercantilistas, que consolidaram o capitalismo.

O alemão Karl Marx, através do estudo da Economia e Sociologia difundiu no século XIX seus ideais sobre o socialismo e o movimento operário, instaurando a teoria do materialismo dialético histórico. Marx defendia a emancipação do proletariado, criticou o desenvolvimento do capitalismo e das formas desiguais de sobrevivência entre classe operária e os donos dos meios de produção e pregou o entendimento da vida social, a partir da dinâmica da luta de classes. Em seus estudos e teorias é possível identificar a visão de natureza.

Duarte (1995) estudou em sua obra o conceito marxista de natureza na célebre obra “O Capital”, que foi revisitada para compreender a problemática ambiental da época, e o histórico conceito de natureza.

Partindo dos estudos sobre o sistema capitalista, uma das teorizações do filósofo é sobre a alienação das coisas, em que o trabalhador é roubado no seu objeto de trabalho e quanto mais se esforça, menos pertence a si mesmo. Neste sentido, a natureza é para o homem sua fonte de meios de vida e de trabalho, quanto mais o trabalhador se apropria da natureza, mais ela deixa de lhe servir como meio de seu trabalho e meio para si próprio. Como consequência da alienação, o homem vai se tornando um animal, perde identidade própria e suas atividades livres e conscientes.

Marx entendia que a terra era o arsenal original dos meios de trabalho, e que o elemento do processo de trabalho era antes de tudo uma transação entre o homem e a natureza. “O homem atua sobre a natureza com o objetivo de se apropriar de suas matérias para a satisfação de suas necessidades orgânicas e, no que ele a transforma, transforma também sua própria natureza” (Duarte, 1995, p.63). Para Marx, a natureza é





a fornecedora originária de meios e objetos de trabalho, portanto é precursora de qualquer processo produtivo.

Para Duarte, a concepção marxista se apresenta de forma privilegiada na visão ambiental, porque se mostra dialética - anula a ingenuidade do pensamento mítico em torno do natural e também não coloca as concepções mecanicistas acima de qualquer suspeita. Assim, é fato que separar o homem da natureza é uma forma de subordiná-lo ao capital.

Segundo Gonçalves (1993) a ciência moderna também foi instituída na sociedade, por um tipo de cultura e um processo que começou a se configurar com o renascimento no século XVI e se consolidou no século XIX.

O século XX mostrou uma preocupação maior com a questão ambiental. Contra o antigo paradigma da crença no progresso e homem como máquina produtiva, surgem novos modos de ver o mundo e novos paradigmas. Com isso, a questão da natureza passa a fazer parte da agenda pública e política e ganha status de meio ambiente e preservação ambiental.

### **3. Meio Ambiente na contemporaneidade**

#### **3.1 De coadjuvante à protagonista de uma agenda política e midiática**

Para Sachs (1986), era necessária uma alternativa às teorias desenvolvimentistas, que estavam entrando em crise, juntamente com o paradigma da visão rígida, economicista, tecnocrata do planejamento, para dar espaço a um novo paradigma.

Durante a década de 60, a publicação do romance de Rachel Carlson, *Silent Spring*, descreveu os efeitos dos agrotóxicos no meio ambiente e denunciou a degradação da natureza, o que acendeu um alarme na sociedade.

Este foi o começo de uma série de críticas contra a industrialização, que marcaram o início do movimento ecológico e dão relevância a questão ambiental, que passou a ser pautada pelos órgãos nacionais e internacionais e foi inserida na agenda pública e governamental.

Em 1971, o 1º relatório do Clube de Roma chamou atenção para os limites do planeta, e vinculou o crescimento da população ao uso abundante de recursos naturais, trazendo a tona novamente o debate de Thomas Malthus culpando o excedente populacional pelas condições ambientais. A primeira Conferência Internacional para debater o Meio Ambiente Humano foi realizada em 1972, em Estocolmo, e buscava soluções técnicas para os problemas ambientais. Na ocasião foi aprovada a Declaração



sobre Ambiente Humano, objetivando estabelecer uma visão global e os princípios comuns para a preservação ambiental.

A década de 80 revelava desafios ao meio ambiente como a superação da pobreza, a participação e o controle social do desenvolvimento. O documento *Nosso Futuro Comum*, elaborado por uma comissão da ONU em 1987 lançou a expressão *Desenvolvimento Sustentável*, amplamente utilizada em discursos, pela mídia, pelo movimento ambientalista. Dutra (2005) vê os muitos sentidos do conceito de desenvolvimento sustentável, que já se tornou presença obrigatória nos veículos de comunicação e com isso foi banalizado e até vulgarizado. A idéia principal é aliar o desenvolvimento com a não agressão ao meio ambiente. Mas o termo é contraditório, acredita o autor, e permite varias aplicação. Isto porque, não há como desvincular o crescimento do consumo de recursos naturais e conseqüente impactos ambientais. Para Dutra, a mídia anula estas contradições e trabalha a partir de discurso consensual de conciliação entre capital e natureza.

A Comissão do Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável, a Eco 92, realizada no Brasil consolidou a expressão desenvolvimento sustentável e marcou a história do ambientalismo. Participaram da conferência 179 chefes de Estado. Entre eles George Bush, Fidel Castro e Jacques Chirac. E mais de três mil ONGs estiveram presentes.

Ramos (1996) informa que participaram do evento 185 países, 11 mil membros de entidades internacionais, 35 mil visitantes. Representando agências, TVs, jornais e revistas estavam 7 mil jornalistas, fotógrafos e técnicos, possibilitando a transmissão do evento 24 horas por dia. Com isso, muitos jornais criaram editorias específicas e ofereceram espaço para a temática ambiental

O autor analisou a cobertura da mídia durante a Conferência Rio 92, e constatou uma cobertura oficialista, com fontes de informação oriundas, em sua maioria, de governos internacionais. Na análise do autor, as matérias sobre a Conferência não tratavam da problemática do meio ambiente que estavam sendo discutidas, mas sim do evento em si, revelando nenhuma preocupação em noticiar mais detalhadamente os assuntos em pauta. Ele avaliou também que o uso generalizado da palavra ecologia nas matérias relacionadas à Conferência ultrapassou o significado científico do conceito, transformando-se numa “síntese referencial sobre tudo que envolve o meio ambiente e a discussão ambiental”. Houve uma argumentação freqüente de que ecologia refere-se basicamente à preservação das espécies e à manutenção do verde em detrimento do

próprio homem, como uma atividade desprovida de humanismo, reiterando um paradigma antropocêntrico. Com esta análise, Ramos avaliou que os fenômenos ambientais são tratados como problemas pontuais e dissociados de um contexto político, social e econômico.

10 anos depois, em 2002, foi realizada a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +10, em Johannesburgo, África do Sul, buscando integrar as agendas ambientalistas e desenvolvimentistas e reavaliar os compromissos firmados em 1992.

O evento, mesmo atingindo proporções menores que seu antecessor, também teve sua relevância. Participaram do evento 25 mil pessoas, entre representantes de governo, líderes comunitários, ambientalistas e ONGs, reivindicando demandas por comida, água, segurança, energia, serviços de saúde e desenvolvimento sustentável. Mais de 100 chefes de estado estiveram presentes.

Esta autora, Miguel (2004) analisou justamente a cobertura deste evento, feita por jornais impressos na monografia de conclusão de curso “A Conferência Rio+10 segundo os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo”. A pesquisa observou uma cobertura verticalizada, sem espaço para as especializações e aprofundamento do tema. As notícias veiculadas nos jornais analisados se restringiam a retratar disputas e conflitos, com uma visão oficial e antropocêntrica, evidenciando aspectos românticos e catastróficos da temática. Os jornais avaliados não detalharam os acordos ambientais deliberados no evento, mas preferiram evidenciar a disputa entre países na defesa de seus interesses, tratando muitas vezes as negociações como jogos, com adversários, derrotas e vitórias.

Apesar da cobertura midiática insuficiente, com a realização destas conferências, Freire (2003) avalia que foi possível compreender que a questão ambiental é interdisciplinar, em que se entrecruza o conhecimento técnico científico, as normas e valores, o estético cultural, regidos por razões diferenciadas, e com isso, o tema ambiental ganhou amplo destaque na mídia contemporânea.

### **3.2 Retratos ambientais da comunicação midiática**

Ao longo dos anos o assunto ambiental ganhou inúmeras vertentes e interpretações na mídia, como foi possível notar ao longo deste estudo. A questão é tratada de maneira romântica, ou catastrófica ou ainda banalizando a temática para criar uma realidade ambiental autônoma, isolada e desvinculada do conjunto das relações de



interdependência que se estabelecem entre natureza e sociedade. Mas existe atualmente um discurso ecológico midiaticizado?

Dutra (2005) analisou a concepção da temática ambiental, com enfoque na Amazônia, dentro do discurso midiático da televisão, e notou que a floresta é utilizada como enunciado catalisador de múltiplos discursos, entre eles os discursos das descobertas e da visibilidade aos recursos naturais e ao mesmo tempo invisibilidade humana. O estudo investigou o caráter de reiteração presente no elemento verbal dos textos jornalístico sobre a Amazônia, juntamente com as imagens e efeitos com que estruturam conjuntos significantes que acabam formando uma imagem da Amazônia, não como espaço físico-geográfico, mas como um vazio humano apenas de dotes naturais.

O autor avalia que há elementos antecedentes que constituem tal fenômeno: são os textos seculares que construíram um discurso de polarizações e são recuperados e devolvidos à experiência coletiva sob a forma de informação.

Para o autor, o campo da mídia se nutre de um fundo arcaico, que é camuflado por certa atualidade. (Dutra, 2005, p.79)

É, pois, desse fundo primitivo que a mídia busca seus efeitos de sentido que são emitidos no cotidiano efêmero da experiência coletiva, sendo o componente mais habitual dessa forma de reminiscência proveniente das instituições antigas, em particular a instituição religiosa, a guerreira, a familiar, a política, a jurídica e a científica.

O autor notou também nas publicações contemporâneas, resquícios das narrativas coloniais, que reiteram uma corrente ideológica que justifica a submissão dos povos e a exploração de seus bens. Era possível averiguar, segundo o autor, um obscurantismo medieval que acreditava em aberrações da natureza personificadas por tribos no Brasil. A própria Amazônia resulta de um nome fruto das forças das fantasias narrativas da época, de uma lenda de espíritos vagueantes, as Amazônias da Grécia pagã, que passaram para a América meridional. Assim, ainda permanecem na memória social as idéias de florestas como ambiente hostil e lugar de mistério, idealizações reproduzidas pela mídia.

Para Dutra (2005), a mídia parte muitas vezes de pautas e roteiros determinados, a partir de noções já pré-construídas sobre a questão ambiental, reeditando estereótipos historicamente fabricados, mas introduzidos de forma sedutora, por meio de falas, textos e imagens, camuflados no viés da informação.

De acordo com Mires (1990) apud Dutra (2005, p. 40), somente é possível falar de um discurso ecológico quando, “dentro de um estilo de pensamento, a ecologia tenha rompido as suas relações articulativas e se deslocado para um lugar dominante, reduzindo todos os objetos co-participativos ao puramente ecológico, ou seja, quando a ecologia se transformou em ecologismo”. Mas neste caso, o autor lembra que o ecologismo se une a outros saberes reducionistas como economicismo, ou historicismo.

Termos como Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Ecossistema, por exemplo, podem se enquadrar como constituintes de uma tipologia discursiva, formadoras do contemporâneo discurso ecológico. O autor (p.44) acredita que possa sim existir uma linguagem específica da ecologia dominante, feita através do “discurso de cientistas e de outros atores sobre a ecologia e os ecologistas”.

Um dos primeiros discursos midiáticos sobre a questão se centra na representação das ameaças a biodiversidade, se instaurando como um discurso historicamente produzido e não necessariamente objeto da ciência. Dutra (2005) avalia que a biodiversidade é colocada como um discurso cultural e político, que envolve a gerência de recursos, a soberania dos países de terceiro mundo detentores de reservas naturais e até a autonomia cultural, na perspectiva de movimentos sociais.

O termo ecossistema, que cientificamente refere-se ao conjunto dos relacionamentos mútuos entre determinado meio ambiente, a flora, a fauna e os microorganismos, também adquiriu um sentido midiático no discurso sobre Amazônia. Para o autor (p.109) o conceito, saído do campo da ciência, é utilizado indiscriminadamente e empregado “como espécie de ferramenta de luta entre a miríade de atores produtores de sentidos sobre a Amazônia”.

A conceitualização científica do termo Ecologia foi substituída por significações difusas que fazem parte dos ícones do imaginário contemporâneo e é amplamente utilizada para designar práticas que protegem a natureza. “Dessa forma, as variações de sentido de ecologia são determinadas pelas variações dos processos sociais, recebendo destes interferência e, ao mesmo tempo, neles interferindo”. (Dutra, 2005, p.109)

O autor (p.163) acrescenta que a falta de conceitualização específica nos termos centrais da questão ambiental pretendem “uma linguagem universal, ou ao menos consumível pelo maior número possível de espectadores/ouvinte/leitores”.

Outra terminologia, lembrada pelo autor, é referente a Povos da Floresta, cunhada a partir da década de 80, quando seringueiros, quilombolas começaram a ganhar espaço na mídia. Segundo ele, a categoria é indefinida, refere-se a grupos que



ocupam espaços distantes da tal cultura urbana e civilizada. O espaço natural midiático é estranho ao espaço cultural, o objeto natureza é percebido como estranho e os espectadores/leitores são meros observadores. Ele notou que os povos das florestas são mostrados em documentários e reportagens como homogêneos, sem denominação específica, sem especificação de função, hierarquia e ainda com certo desprezo a cultura e ao conhecimento que lhes são próprios. São enquadrados enquanto objetos da natureza, sem relação com o mundo concreto e real, e não enquanto sujeitos.

Ele aponta que na mídia o meio natural é constantemente confrontado com o mundo cultural do homem urbano, moderno, civilizado. É justamente desta confrontação que se origina a visão midiática de exótico, ligado as noções de bárbaros, selvagens. Aqui não se trata apenas do diferente, mas do fora dos padrões normais da sociedade.

#### **4. Breves Conclusões**

O resgate histórico é importante, no sentido em que permite compreender as interpretações da mídia contemporânea na representação do tema ambiental. A pauta sobre meio ambiente é constante e obrigatória atualmente nos veículos de comunicação, mas ainda não é abordada de maneira adequada, contextualizada, englobando a complexidade do tema. Reproduz sim o fundo arcaico do colonialismo, idéias positivistas, antropocêntricas, e por vezes, cientificista.

Vale lembrar, reiterando Dutra (2005) que existe uma real dificuldade em abordar uma questão tão abrangente como a ambiental, devido a indefinição do objeto, sua complexidade e interdisciplinaridade, que envolvem organizações, cientistas, comunidades locais, movimentos sociais e aspectos políticos, econômicos e sociais. A prática do jornalismo, as rotinas produtivas e outras questões que poderiam ser discutidas, não permitem especializações no âmbito da profissão. Também é fácil concluir que a abordagem catastrófica e sensacionalista compensa pelo impacto a primeira vista, gerando mais interesse teoricamente mais interesse no leitor/espectador.

O discurso contemporâneo midiático ainda constrói em torno das categorias ligadas ao meio ambiente como indígenas, ribeirinhas e tradicionais a missão de defensores da natureza, sem questionamentos sobre tal atribuição. As questões são tratadas superficialmente, de forma estereotipada. Mesmo em matérias mais científicas que exigiriam certo rigor, não há esclarecimentos de enunciados saídos do campo estritamente científico, ou mesmo a tradução exigida pela divulgação científica.



Neste sentido, compreender os conceitos herdados de antigos paradigmas que persistem até hoje contribui não só com a análise da abordagem da cobertura ambiental midiática, mas também pode qualificar o debate ambiental na sociedade, em busca de um jornalismo mais comprometido.

## 5. Referências

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva/ Discurso sobre o espírito positivo/ Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo/ Catecismo positivista**. Tradução de José Artur Gianotti. 2.ed. - São Paulo: Abril Cultural, 1983

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUARTE. **Marx e a Natureza em O Capital**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1994.

DUTRA, M.J.S. **A Natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA), 2005

FREIRE, G. **Educação Ambiental – princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 2003.

GOULD, S.J. **Darwin e os grandes enigmas da vida**. Tradução de Maria Elizabeth Martinez. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

GONÇALVES, C.W. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1999

LENOBLE, R. **A história da idéia de natureza**. Tradução de Tereza Louro Perez. São Paulo: Edições 70, 1969

MIGUEL, K. **A Conferência Rio+10 segundo os jornais Folha de S. Paulo e o Estado de S. Paulo**. Bauru, 2004. Monografia de Conclusão de Curso – Universidade do Sagrado Coração, 2004

RAMOS, L. F. A. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: AnnaBlume, 1996.

SACHS, W. (Coord.) **Justiça num mundo frágil: Memorando para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2002.

SHWARCZ, L.M. **Retrato em Branco e Negro - Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.